

Congresso reage à cobrança feita por Collor em seu artigo

BRASÍLIA — O artigo do Presidente Fernando Collor sobre o Projeto de Reconstrução Nacional soou no Congresso como uma cobrança injusta para a aprovação rápida de projetos polêmicos. Segundo o Líder do PMDB, Genebaldo Corrêa, o Presidente não pode fazer esse tipo de exigência porque, até agora, o Congresso tem cumprido sua obrigação: aprovou as propostas de Previdência, inquilinato e todos os assuntos que o Governo considerou prioritários.

No caso de projetos relativos à economia, os parlamentares advertem que é o próprio Governo que evita que essas propostas sejam aprovadas. No semestre passado, a Câmara tentou votar o projeto de impostos sobre grandes fortunas e foram exatamente os líderes governistas que solicitaram o adiamento.

— Se o Presidente quer agilidade a curto prazo, ele que convoque seus aliados para votarem. Nós estamos aqui para isso. Sempre temos propostas. Vamos analisar agora a Lei da Propriedade Industrial, assunto considerado prioritário pelo Governo. O Presidente tem que aprender que aqui não se tem condições de fazer as coisas da noite para o dia. Ele está acostumado com o



Genebaldo: Congresso faz sua parte

Executivo, que é unipartidário. O Congresso é pluripartidário e, como ninguém tem maioria, as propostas só são votadas quando há acordo — afirmou o Deputado Paulo Delgado (PT-MG).

Pelo menos este mês, a Câmara e o Senado não devem atender às solicitações do Presidente da República. Os quatro primeiros projetos em pauta se referem a salário. São eles: salário dos servidores, salário-mínimo, organização sindical e política salarial.